

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/ SG/ MIRAD

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 40O CADASTRO DA POPULAÇÃO CAFUZA DE IBIRAMA/SC E UMA POSIÇÃO
SOBRE A CRIAÇÃO DA RESERVA CAFUZA1. O Cadastro: considerações preliminares e resumo

Entre 4 e 7 de Março p.p. foi realizado* o cadastro das famílias e da população cafuza, localizadas no interior da Reserva Indígena de Ibirama/SC. Em princípio o chefe da família ou sua esposa responderam ao levantamento realizado. Em sua maioria eles acorreram à residência do cacique cafuzo, Sr. Joaquim Machado. No dia 4 houve uma verdadeira concentração na residência referida. Viabilizamos um almoço que foi preparado por Dona Júlia Machado e Dona Jovelina Machado. Todos permaneceram, e com raras exceções, todos participaram do almoço. Os indígenas mandaram um representante, o Sr. Nézinho, e sem se identificar, esteve presente um "representante" do Chefe do Posto da FUNAI (que inclusive não é funcionário). O trabalho se estendeu por todo o dia, ficando para depois a realização do cadastramento de um pequeno grupo vicinal que vive nas imediações da Barra Deniken, no extremo norte da Reserva. Após o almoço foi realizada uma reunião geral, onde após termos usado a palavra, assim o fizeram a liderança cafuza e o representante indígena. O tom dos discursos foi de confiança no futuro, no Projeto do MIRAD, do INCRA/SC e nas reais possibilidades de mudança nas condições de sobrevivência dos cafuzos.

Básicamente colhemos as seguintes informações, que servirão para compor um quadro destinado a subsidiar o projeto de constituição da "reserva cafuza" e do plano de assentamento:

* O Sr. Nelson Secchi, assessor do Prefeito Municipal de Ibirama se comprometeu a colaborar na realização do cadastro, aten-

-nº de pessoas da família; filiação do casal; nº de filhos, de criados; identificação nominal de todos; idade; local de nascimento; tempo de residência na R.I.; local da procedência; nº de filhos nascidos mortos; nº de abortos naturais; nº de filhos mortos durante a infância; nº de filhos ou parentes deficientes (mentais e físicos); nº de filhos que frequentam a escola. Evidentemente que os dados colhidos buscaram ser exatos mas não são absolutos. Um trabalho posterior mais detalhado deverá ser realizado. De qualquer modo as informações disponíveis já são capazes de fornecer um quadro mais exato sobre as condições de sobrevivência dos cafuzos, no interior da Reserva Indígena.

No decorrer dos trabalhos alguns problemas começaram a surgir, conforme a seguir relacionados, sendo que alguns foram de imediato equacionados pela liderança cafuza e, em alguns casos, em comum acordo com o representante indígena presente. Dentre os problemas surgidos estão:

* o fato de duas famílias se negarem a acompanhar os cafuzos ao assentamento ora em planejamento; segundo consta, elas estariam sendo "manipuladas" por mestiços para permanecerem na Reserva e continuarem fornecendo mão-de-obra barata aos mesmos; o cacique cafuzo se posicionou contra, disse que iria convencê-las a acompanhar a comunidade, mas em todo o caso consultou o Sr. Nézinho, representante indígena; o mesmo informou que em princípio a liderança indígena não teria porque se opor à decisão destas duas famílias, já que a mesma não estava expulsando os cafuzos;

* duas cafuzas encontram-se casadas com um Guarani e um Xokleng respectivamente; seus parentes ainda não sabiam se elas Cont. *: dando nosso convite, no entanto o mesmo não compareceu.

kleng, respectivamente; seus parentes não sabiam informar a posição das mesmas; mas queriam garantir a possibilidade das mesmas se deslocarem com suas famílias, caso o desejassem; pela decisão das lideranças cafuzas, a opção ficaria com elas; mesmo que tais cafuzas decidissem ir para o assentamento num momento posterior, elas seriam "agasalhadas";

* o filho de um branco agregado à comunidade cafuza foi preterido no momento da realização do cadastro; seu pai é considerado um elemento aceitável pois se subordina aos padrões da comunidade cafuza, inclusive ao mando político da liderança, com quem convive há mais de uma década; já seu filho não respeita os padrões exigidos, conforme depoimento da liderança; além de desobediente ele é considerado como uma espécie de "desertor"; os cafuzos argumentam que ele "não para no cafuzeiro" e que não respeita o poder de mando da liderança; além do mais, foi buscar como esposa uma mulher "branca";

* alguns cafuzos reivindicaram a possibilidade de integrar no assentamento alguns parentes que moram atualmente fora da Reserva Indígena, mas que viveram por muitos anos na mesma, tendo vivido as mesmas vicissitudes dos demais; eles teriam saído da Reserva forçados pelas precárias condições de sobrevivência; houve uma discussão muito grande, principalmente porque o número de famílias estava aumentando e o cacique não queria prejudicar o projeto; no final chegou-se a conclusão de que a situação seria estudada pela CTI/MIRAD e pelo INCRA/SC, após o que os cafuzos seriam informados; nossa posição é de que estas famílias sejam integradas ao projeto, pois de fato além de saírem da Reserva em situação e condições de miséria, são parentes (filhos, irmãos) próximos dos cafuzos que resistiram

na Reserva Indígena; de mais a mais, como a proposta básica é de criação de uma reserva cafuza, com a propriedade condôminial, haverá espaço suficiente para abrigar cinco ou seis famílias a mais; evidentemente que todo um histórico deverá ser realizado sobre estas famílias, no sentido de garantir que apenas cafuzos serão os donos da área a ser destinada para seu assentamento, o que alhiás, eles mesmos vêm reivindicando;

* o planejamento do assentamento deverá atentar para alguns elementos cruciais para a comunidade cafuza, a saber: a existência de 16 pessoas deficientes (físicas e mentais) (reconhecidas como tais pelos próprios cafuzos); a existência de um número muito grande de pessoas com algum grau de anormalidade; domínio precário das técnicas de cultivo (a se pensar numa produção para mercado, por exemplo); a existência de uma maioria de analfabetos e/ou semi-alfabetizados; a necessidade de destinação de recursos básicos para apoiar a realização das primeiras safras (os cafuzos se referem a um mínimo de três anos), em especial em termos de crédito para plantio, alimentação para que se dediquem integralmente às suas roças (trabalho de preparação, plantio, limpa, colheita, comercialização), apoio técnico tanto para as lides agrícolas, quanto para as atividades de preservação ambiental, etc...

Os resultados, em termos quantitativos:

- 41 famílias cadastradas, com uma variação de um a 15 membros cada (o que implicará num planejamento diversificado em termos habitacional);
- 214 pessoas cadastradas como cafuzas, melhor di-

zendo, reconhecidas como integrantes da comunidade cafuza;

- 2 famílias sobre as quais não se tem informação se querem ou não se transferir junto aos demais (formadas por duas mulheres cafuzas casadas com um Guarani e com um Xokleng);

- 2 famílias que estão se negando a mudar para o assentamento na "reserva cafuza" a ser constituída;

- mais 5/6 famílias que poderão ser incorporadas, a depender de estudos posteriores, e que se encontram no momento fora da Reserva.

OBS.: ver fichas cadastrais no Arquivo da CTI/MIRAD.

2. Posição sobre a criação da "reserva cafuza"

Considerando os contatos e as investigações preliminares já realizadas por esta Coordenadoria (ver Inf.Técnicas de n.ºs 17 e 41), se pode adiantar alguns pontos em torno de uma posição sobre a criação da "reserva cafuza":

1º) desapropriação imediata da gleba Rio Prata, localizada no Município de Ibirama/SC, onde após a regularização dos posseiros (em torno de 27 famílias) deverá ser instalada a comunidade cafuza; o restante da área deverá ser transformada em propriedade condominial em nome dos cafuzos e será constituída em forma de "reserva", no caso, cafuza, à semelhança das reservas indígenas;

2º) constituição do plano de assentamento e implementação do mesmo assim que o INCRA/SC for imitado na posse;

3º) no plano de assentamento deve estar prevista a construção de cerca, conforme desejo dos próprios cafuzos;

4º) estabelecer um programa de preservação ambiental, sob a coordenação do INCRA/SC, em convênio com Universidades

próximas (a UFPr tem um curso de Engenharia Florestal);

5º) organização de um projeto de extensão rural para viabilizar o aperfeiçoamento dos cafuzos no domínio das técnicas agrícolas e de preservação de solo;

6º) implantação de escola de primeiro grau, que também propicie programas de alfabetização de adultos;

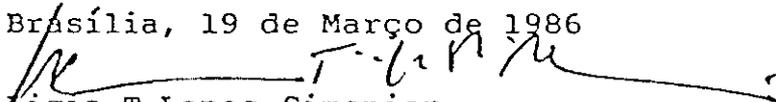
7º) implantação de ambulatório no local, tendo em vista o elevado percentual de deficientes na comunidade; este ambulatório deverá viabilizar programas de vacinação, atendimento especial à infância, à velhice, às gestantes, etc...

8º) implantação de infra-estrutura para atividades religiosas e de recreação (consta que todos os cafuzos professam a religião católica), tais como campo de esportes, salão de festas, centro comunitário, etc....

9º) estabelecimento de convênio com a UFSC e Univ. de Blumenau para constituição de projeto de pesquisa sobre a realidade sócio-econômica e antropológica da comunidade cafuza.

Os itens acima apontados certamente que não exaurem toda a problemática a ser colocada pelo processo de assentamento da comunidade cafuza. Eles apenas apontam algumas orientações, que deverão ser discutidas com o INCRA/SC e com os próprios cafuzos, através de sua liderança e cacicado.

Brasília, 19 de Março de 1986


Ligia T. Lopes Simonian